



# Anais da Assembléia

Nº 204

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 1996

ANO XXII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO  
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI  
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

|               |                          |
|---------------|--------------------------|
| Governo ..... | Deputado ALGACI TÚLIO    |
| PDT .....     | Deputado VALDIR ROSSONI  |
| PMDB .....    | Deputado TOTI COLAÇO     |
| PFL .....     | Deputado ÉLIO LINO RUSCH |
| PT .....      | Deputado IRINEU COLOMBO  |
| PPB .....     | Deputado DUÍLIO GENARI   |
| PSDB .....    | Deputado CESAR SILVESTRI |
| PTB .....     | Deputado NELSON JUSTUS   |

## Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kleise - José Tavares - Caetano Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondí Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO**  
**DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO**  
**REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 1996.**  
**(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Calto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dullio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hideozaki Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Jocelito Canto, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO DE INSTALAÇÃO**  
**DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, declaro instalado o período extraordinário convocado pelo Senhor Governador do Estado, para funcionar entre os dias dezoito do corrente a dezoito do corrente de um mil, novecentos e noventa e sete.

O Senhor 1º Secretário procederá à leitura do objeto da convocação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - (Lê a convocação extraordinária)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário procederá a leitura do expediente.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, enquanto o Secretário se prepara, é apenas para apresentar as ilustres visitas a esta Assembléia, do Prefeito eleito de Medianeira, Luiz Suzuk, e do atual Secretário de Finanças, Zequiel de Lima, e do futuro Secretário, o Carlos Andrequeti.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - (Lê o Expediente)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - As mensagens governamentais relacionadas na convocação extraordinária serão lidas pelo Senhor 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - (Lê as mensagens governamentais da convocação extraordinária)

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 106/96

Senhor Presidente.

Curitiba, em 16.12.96.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a aderir, mediante convênio, ao "Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES", instituído pela Lei Federal nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996.

O plano de lei ora proposto, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e é necessário e oportuno eis que virá ensejar condições no sentido de que o Estado do Paraná venha aderir ao antes mencionado Sistema Integrado, conforme prevê a Lei Federal nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996.

Apresentando mais detalhados esclarecimentos no que pertine à adoção da medida em referência, segue, adiante transcrita, justificativa que me foi apresentada pelo Senhor Secretário de Estado da Fazenda:

"Em face da edição da Lei Federal nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, instituindo o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, há de se justificar a inovação legislativa no plano estadual.

O SIMPLES representa uma conquista histórica para os micro e pequenos empresários e seus respectivos órgãos de classe. Desta sorte, coloca-se o Estado do Paraná diante de um novo contexto e de uma nova opção para o tratamento econômico-fiscal dessas empresas.

O SIMPLES tem como premissa nova conceituação para a microempresa e a empresa de pequeno porte, uma vez que define faixas de receita bruta para determinar sua qualificação e enquadramento, unificando e desburocratizando, portanto, as obrigações fiscais federais desses segmentos e facultando aos Estados a adesão a tais comandos.

A atual Lei Complementar nº 58/91, que rege o Regime Fiscal da Microempresa no Paraná, diverge dos termos definidos na Lei nº 9.317/96, pois considera o volume das entradas e garante a isenção nas saldas como parâmetros para o enquadramento no Regime, contrariando o conceito de receita bruta estabelecido pela legislação do SIMPLES.

Vê-se, desta feita, o Estado do Paraná compelido a apresentar uma proposição que amplie as vantagens hoje restritas ao âmbito da Lei Complementar nº 58/91, a um número maior de contribuintes, sob o risco, como esposto no texto da Lei nº 9.317/96, de impedir e dificultar o crescimento das micro e pequenas empresas, criando obstáculos à modernização econômica do País.

Por outro lado, impossível seria simplesmente manter o regime atual (com base em benefícios isentivos) e aderir, pura e simplesmente, ao novo diploma normativo que, como já dito, institui novos princípios e conceitos à microempresa e empresa de pequeno porte, otimizando tal efeito benéfico para um número maior de contribuintes.

A solução, assim, para eliminar o presente antagonismo, traduz-se na revogação da Lei Complementar nº 58/91, e na elaboração de nova lei que contemple as regras gerais dispostas na Lei nº 9.317/96.

Posto isso, e considerando a irrefragabilidade das novas monções econômicas que devem, inevitavelmente, conduzir a facção de inovadores diplomas normativos, as peculiaridades do SIMPLES serão comungadas aos interesses dos cidadãos contribuintes do Estado do Paraná, razão pela qual submetemos à egrégia Assembléia Legislativa, propostas de leis complementar e ordinária, para apreciação e debate."

Como consequência do advento da lei proposta, há que ser revogada, por incompatibilidade com estas novas

disposições, a Lei Complementar nº 58, de 16 de julho de 1991, que em razão do princípio da "hierarquia das leis" é objeto do também anexo anteprojeto de lei complementar, cujo detalhamento quanto à sua necessidade e oportunidade vem contido na acima transcrita justificativa da lavra da SEFA.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI

Governadora do Estado, em exercício

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a aderir, mediante convênio, ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, instituído pela Lei Federal nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996.

Parágrafo único - O convênio de adesão ao SIMPLES fixará a competência da Secretaria da Receita Federal para as atividades de arrecadação e cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e disciplinará a participação estadual nas atividades de controle e fiscalização dos contribuintes que optarem pelo SIMPLES.

Art. 2º - A opção pelo SIMPLES implicará desequilíbrio dos contribuintes inscritos no Regime Fiscal da Microempresa, e será precedida de apresentação, pelo optante, de Certidão de Regularidade Fiscal Estadual.

Art. 3º - As microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no SIMPLES deverão cumprir as seguintes obrigações acessórias estabelecidas na legislação do ICMS:

- I - inscrição no Cadastro do ICMS;
- II - emitir documentos fiscais a cada operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviço;
- III - manter atualizados os livros Registro de Entradas e Saídas;
- IV - escriturar o livro Registro de Inventário;
- V - apresentar Guia de Informação e Apuração Simplificada (GIA-S);
- VI - preencher e entregar a Declaração Fisco-Contábil Simplificada (DFCS).

Parágrafo Único - O não cumprimento das obrigações acessórias estabelecidas no art. 3º, sem prejuízo da imposição de penalidades específicas, implicará desequilíbrio do SIMPLES, sujeitando a microempresa e a empresa de pequeno porte ao regime normal de informação e apuração do imposto.

Art. 4º - Os percentuais cobrados a título de pagamento do ICMS, observado o disposto no respectivo convênio, serão os seguintes:

- I - em relação à microempresa contribuinte exclusiva do ICMS: de até 1 (um) ponto percentual;
- II - em relação à microempresa contribuinte do ICMS e do ISS: de até 0,5 (meio) ponto percentual;
- III - em relação à empresa de pequeno porte contribuinte exclusivamente do ICMS: de até 2,5 (dois e meio) pontos percentuais;
- IV - em relação à empresa de pequeno porte contribuinte do ICMS e do ISS: de até 2 (dois) pontos percentuais.

Art. 5º - A microempresa e a empresa de pequeno

porte terão prazo para opção ao SIMPLES, junto ao cadastro do ICMS, até 31/03/97, observada a previsão contida no artigo 8º, inciso I, da Lei nº 9.317/96.

Parágrafo único - Os contribuintes que não optarem pelo SIMPLES serão automaticamente enquadrados no regime normal de apuração e informação do ICMS.

Art. 6º - O Poder Executivo tomará as providências necessárias à efetiva regulamentação da presente lei, observadas as disposições previstas em convênio.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1997, revogadas as disposições em contrário.

#### ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º - Fica revogada a Lei Complementar nº 58, de 16 de julho de 1991.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 1997, revogando-se as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 107/96

Curitiba, em 16.12.96.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que o Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN e o Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro disponível - Ativo Financeiro menos Passivo Financeiro - exclusivo os recursos de aplicação vinculada, verificado no balancete encerrado em 31 de outubro de 1996. Visa, ainda, autorizar o Poder Executivo a abrir créditos adicionais necessários ao processamento da transferência dos mencionados recursos, utilizando, para tal, as formas previstas no artigo 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a estabelecer os percentuais e prazos dos respectivos recolhimentos.

Apresentando detalhados esclarecimentos quanto à necessidade e oportunidade da medida objeto desta proposição, é feita anexação de justificativa elaborada pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI

Governadora do Estado, em exercício

#### JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei, a ser encaminhado a Assembléia Legislativa, objetiva obter daquela egrégia Casa autorização legal para o Poder Executivo implantar sistema de transferência ao Tesouro Estadual de saldos disponíveis no Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN e Departamento de Imprensa Oficial do Paraná - DIOE.

A proposição estabelecida pelo artigo 1º do presente anteprojeto, justifica-se pela necessidade de dotar a Administração Estadual de um sistema de vasos comunicantes de recursos financeiros disponíveis em determinadas ocasiões pelas referidas unidades da administração indireta, passíveis de serem transferidas ao Tesouro Estadual, sem prejuízo dos programas desenvolvidos pelas unidades quando de eventuais necessidades de recursos adicionais pelo mesmo, limitando em até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro.

O inciso I do artigo 2º autoriza o Poder Executivo a operacionalização do sistema, mediante o estabelecimento do período base de apuração contábil do saldo financeiro disponível, do percentual e do prazo para o recolhimento ao Tesouro, conforme definições técnicas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Fazenda.

O inciso II do mesmo artigo autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos adicionais para a execução da transferência de recursos financeiros, conforme disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN e o Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro disponível - Ativo Financeiro menos Passivo Financeiro - exclusiva os recursos de aplicação vinculada, verificado no balancete encerrado em 31 de outubro de 1996.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - estabelecer o percentual e o prazo para recolhimento ao Tesouro Geral do Estado, bem como o montante do numerário mencionado no artigo 1º desta lei, conforme definido pela Secretaria de Estado da Fazenda;

II - abrir créditos adicionais necessários ao processamento da transferência de recursos financeiros do DETRAN e do DIOE a que se refere o artigo anterior, utilizando como recursos o disposto no artigo 43, § 1º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 108/96

Curitiba, em 17.12.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de, nos termos do § 4º, inciso II, do artigo 61, da Constituição Estadual, convocar essa augusta Assembleia Legislativa a reunir-se, extraordinariamente, no período de 18 do corrente a 18 de janeiro próximo, para apreciação de matérias de relevante interesse público, já submetidas a essa Casa, através das Mensagens nºs 92/96, 95/96, 96/96, 97/96, 98/96, 99/96, 100/96, 101/96, 102/96, 104/96, 106/96 e 107/96, além de outras proposições que forem oportunamente encaminhadas.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI

Governadora do Estado, em exercício

À Diretoria Legislativa.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS

Nos termos do artigo 61 da Constituição Estadual combinado com o inciso I do artigo 2º, do Regimento Interno, convoco os Senhores Deputados para instalação do período de sessões extraordinárias da 2ª Sessão Legislativa da 13ª Legislatura, convocada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, através da Mensagem nº 108/96, para apreciação de matérias relevantes para o Estado do Paraná, que será no dia 18 de dezembro, às 14:30 horas, no Plenário da Assembleia Legislativa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.12.96.

(a) ANIBLA KHURY

Presidente

Ofícios:

#### OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/364, 365, 366, 367 e 368/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

418/96: De autoria do Deputado Algaci Túlio que, autoriza o Poder Executivo a ceder à Casa Latino-Americana - CASLA, o imóvel que especifica, situado nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.624. Anote-se - Arquive-se.

450/96: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 7.000.000,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.625. Anote-se - Arquive-se.

451/96: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 9.827.876,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.626. Anote-se - Arquive-se.

474/96: Do Poder Executivo que, aprova ajuste no valor de R\$ 13.538.433,00, ao Orçamento Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.627. Anote-se - Arquive-se.

495/96: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito e/ou prestar aval ou garantia, junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, até o montante de R\$ 1.500.000,00, para execução dos programas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.628. Anote-se - Arquive-se.

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 1816

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 579/96 relativo à Mensagem nº 106/96 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 18.12.96.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 1817

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 580/96 relativo à Mensagem nº 107/96 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 18.12.96.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 1818

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 581/96 relativo à Mensagem nº 106/96 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 18.12.96.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO Nº 1820

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja anexado à Mensagem nº 106/96, do Senhor Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 577/96, de sua autoria, que se encontra na CCJ desde o dia 16/12/96, que dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, mediante adesão ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

Faz tal requerimento, pois o teor do projeto em referência, se assimila ao contido na Mensagem Governamental acima citada.

Sala das Sessões, em 18.12.96.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

## REQUERIMENTO Nº 1814

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de votos de pesar pelo falecimento de Valdomiro Vilas Boas, no dia 16/12, na Cidade de Ibiporá, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 18.12.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

## REQUERIMENTO Nº 1815

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de votos de congratulações a Irmandade Santa Casa de Londrina pela comemoração dos 60 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 18.12.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

## REQUERIMENTO Nº 1819

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jayme Tadeu Lechinski, Digníssimo Secretário de Estado da Comunicação Social, solicitando que o mesmo informe qual o valor do pagamento mensal realizado pelo Governo do Estado, tanto pela Secretaria quanto através de suas empresas públicas e vinculadas, para a C.B.N. - Central Brasileira de Notícias.

Sala das Sessões, em 18.12.96.

(aa) MARQUINHOS ALVES, EDUARDO TREVISAN, MILTINHO PUPPIO, ANTONIO ANNIBELLI, NELSON TURECK, EMERSON NERONE, JOSÉ MARIA FERREIRA, DUILIO GENARI, ÉLIO RUSCH, ALBANOR GOMES, WALMOR TRENTINI, BASÍLIO ZANUSSO, PÉRICLES MELLO, IRONDI PUGLIESI, CAÍTO QUINTANA, EDSON SILVA LINO, ORLANDO PESSUTI, ÂNGELO VANHONI, BETO RICHÁ, JOEL COIMBRA, NEIVO BERALDIN, AUGUSTINHO ZUCCHI, RENY BORSATTO, DURVAL AMARAL, EDGAR BUENO, DOUTOR ROSINHA, SÉRGIO SPADA, NELSON GARCIA, HIDEKAZU TAKAYAMA, JOÃO TECHY, LUIZ ACCORSI E JOSÉ TAVARES,

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz à tribuna, neste início de convocação extraordinária, é para registrar aqui nesta Casa, um ato que vai ser praticado no próximo dia 20 e que, creio eu, deva merecer a atenção de todos nós, porque às vésperas dos feriados de Natal e Ano Novo o Governo do Estado vai lançar o edital de privatização da Usina de Caxias.

Usina esta que, sabem os Senhores, está com a sua parte civil praticamente concluída, restando apenas, é claro, a parte mais complexa, e talvez isso signifique próximo de 50% de seu custo que é a parte dos equipamentos.

E as informações que estamos recebendo é que o modelo que o Governo do Estado resolveu adotar é garantindo no edital que 45% da usina ficará pertencente a COPEL e 55% ao consórcio privado, que certamente será composto por empresas fornecedoras de equipamentos para a operação da usina. E as informações são extremamente graves porque a própria legislação que aprovamos, outro dia, aqui nesta Casa, que foi a regulamentação da Lei Candir, vai se gastar cerca de 500 milhões de reais para se concluir a usina. Até, Deputado Pessuti, há uma questão complexa porque o orçamento da usina é de 980 milhões, e parece que já estão elevando este valor para um milhão e trezentos para poder superfaturar a compra dos equipamentos, na medida em que este consórcio de empresas, que vai assumir é também fornecedor dos próprios equipamentos.

Então a sua participação se daria como aconteceu no Estado de Santa Catarina, garantindo o pagamento da sua parcela, ou contribuindo, sobremaneira, com a sua parcela com superfaturamento do preço dos equipamentos.

Este barulho deve ser Papai Noel que está chegando.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Aproveitando a deixa do Deputado Romanelli, Senhor Presidente, na verdade é sim Papai Noel da Secretaria da Criança e Assuntos da Família, Fani Lerner, que todos os anos procura dar um presente para as APAEs, ou dando em forma de verba ou dando em forma de equipamentos.

E hoje, não tenho aqui nesse momento a relação, mais vários municípios do Paraná recebem um total de 60 veículos destinados a APAEs.

Acho que é um motivo de júbilo, no momento de crise pelo qual passa o País, o Governador do Paraná ter condições graças ao trabalho do PROVOPAR, graças ao trabalho da Secretaria, de fazer a entrega dessas Kombis. Como é a última ação da Secretaria neste ano em função do final de ano, ela houve por bem e acho que mercedamente, pelo trabalho que ela desenvolve, exatamente fazer a festa com os Prefeitos, com os Presidentes de APAEs que estão hoje aqui no Palácio Iguacu.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero fazer uma colocação que já fiz pessoalmente ao Deputado Algaci Túlio.

A maior parte dos recursos colocados na Secretaria da Criança são recursos aprovados pelo Plenário desta Casa, inclusive com as loterias aprovadas no Paraná, e que recentemente voltamos a aprovar na semana passada, mais modalidades de jogos que vão para a Secretaria.

Seria portanto uma questão de elegância, se os 54 Deputados tomassem conhecimento ao menos, para quais municípios vão ser entregues as Kombis, e que não fosse uma prerrogativa de Deputados aliados ao Governo, porque acredito que com recursos públicos todos nós participamos juntos da votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Todos estão convidados!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, queria terminar dizendo o seguinte: "no dia 20 um edital será lançado."

Nenhum estudo econômico foi desenvolvido pela COPEL que justifique a necessidade da privatização da construção da usina. Aliás, faço aqui um desafio a esse Governo que gosta de privatizar. Por que que não privatiza, não vende 100% da usina. Por que que ele não vende e faz o seguinte: já investi até agora 400 milhões de dólares, vendo por dinheiro bom 400 milhões, garanto o pagamento da tarifa e vocês concluem a usina. Por que não fazem isso, Deputado Péricles? Não fazem porque daí não dará para se fazer a operação que vai viabilizar a transferência da operação e da venda da energia da Usina de Caxias para um grupo privado, que todos nós aqui sabemos de que empresa que nós estamos falando. Vai se transferir essa usina através desse edital.

Então, fiquem os Senhores atentos por este processo de transferência de um bem público para uma empresa privada, que será feito agora na sexta-feira - está tudo quietinho - mas na sexta-feira explode aí certamente nos jornais.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero fazer esse registro e gostaria ainda para concluir, de dizer que eu vinha para cá hoje e ouvia, Senhor Presidente, o diretor de uma Federação de Golf, falando que o Secretário do Turismo do Paraná, havia se comprometido com ele, Deputado Alborghetti, de no ano que vem, com dotações orçamentárias - e eu até gostaria ver se o Deputado Durval Amaral está aqui na Casa - que já estão asseguradas, vai se construir no Paraná o 1º campo de golf público, gastando-se a importância de 3 milhões de reais. Quero crer que vamos encaminhar um pedido de informações, mas é o que faltava mesmo, gastar 3 milhões de reais para construir um campo de golf aqui no Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Quem disse isso?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Foi o Diretor da Federação de um clube de Golf aí - ouvi na rádio.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - E de onde vem o dinheiro?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Dinheiro do Estado do Paraná, do Governo do Paraná, da Secretaria de Turismo.

Acho que nós temos que convidar o Secretário Osvaldo Filho, e ele tem que explicar se vai mesmo colocar 3 milhões de reais para construir um campo de golf aqui no Paraná.

Eu só queria Senhor Presidente, especialmente o Deputado Basílio Zanusso, meu amigo particular. Deputado, gostaria que V. Exa. tivesse hoje a mesma postura de ir a tribuna e cobrar do Governo do Estado para que siga o bom caminho, dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que há mais de um mês estão aplicando os recursos do PRONAF, Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar. São 150 milhões de reais destinados ao pequeno agricultor do Paraná que não tem como financiar a sua Agricultura, com a própria FETAEP está hoje aqui no jornal dizendo. E o dinheiro está aí parado sem se ter decisão e se investir dinheiro que foi liberado pelo BNDS e é extremamente grave, porque esses agricultores não têm recursos e o Senhor sabe disso Deputado Basílio, para fazer o seu plantio.

Então eu quero crer que esta Casa aqui e todos os Senhores Deputados, devem imediatamente cobrar do

Governo do Estado providências há mais de um mês, para que o Paraná possa apoiar o seu pequeno agricultor.

Quero agradecer o Presidente pela tolerância e deixar também a certeza de que esta questão do PRONAF ela deve ser imediatamente esclarecida e como é que vão ser aplicados esses 150 milhões que pertencem como linha de crédito, oferecida pelo BNDES ao Governo do Paraná. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Nobres Colegas, na sessão de quinta-feira passada, encaminhei um pedido de informações à Mesa dirigida ao Senhor Governador Jaime Lerner, no sentido de informar esta Casa, a respeito de uma notícia que veiculava na Folha de Londrina daquele mesmo dia envolvendo declarações do Secretário de Segurança Pública e do Delegado Geral de Polícia do Nosso Estado.

Porque é que fiz aquele pedido de informações, por uma razão muito simples. Esta Casa, o Poder Legislativo, é o Poder fiscalizador dos atos do Executivo, além de um direito do Deputado de questionar a aplicação do dinheiro público, é um dever, antes de mais nada do Parlamentar de fazer isso.

E aqui nesta Casa, conversando, como conversamos com todos, porque somos amigos de todos, nos relacionamos com todos, desde o Senhor Presidente, até o mais jovem Deputado, para ficar nessa forma de comparação, de nível de relacionamento. Nós temos ouvido comentários dos mais variados a respeito dessas licitações que vêm ocorrendo, sobretudo na área de segurança pública.

Mas em nenhum momento, tomamos qualquer providência parlamentar, apenas porque os comentários existem. Mas a partir do momento que a imprensa do Estado, mais especificamente a Folha de Londrina, traz uma reportagem ampla, essa discussão entre o Secretário de Segurança e o Delegado Geral, aonde as colocações divergentes, são antagônicas, por se tratar de envolvimento de dinheiro público, mas não nos restou outra alternativa a não ser encaminhar um pedido de informações regimentalmente ao Governador do Estado, já que é o superior dessas duas autoridades pedindo esclarecimentos.

É um total de quatro licitações envolvendo oito milhões de reais. A primeira é de um milhão e oitocentos mil reais. Na notícia de quinta-feira passada que me refiro, o Delegado da área dizia que, os equipamentos que seriam adquiridos naquela licitação, são equipamentos superados, que não servem mais para os dias de hoje, para as atividades policiais civis. Isto é muito grave. Na medida eu que, o próprio profissional da área vem e diz aqueles equipamentos, objetos daquela licitação são equipamentos superados. Na mesma linha, vai o Delegado Geral e do outro lado responde o Secretário. Diante de tudo isto a notícia traz, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que o Secretário resolveu cancelar a licitação. Esta licitação, é bom deixar bem claro, ele se refere a uma das quatro licitações que a Segurança Pública pretende realizar, e importa em um milhão e oitocentos mil reais. Tenho documentos em meu poder, de que, uma empresa do Paraná concorreu com esta empresa paulista que foi vencedora, e oferecia os mesmos equipamentos por quinhentos mil reais a menos. Meio milhão de Dólares a menos.

Diante dessas informações, diante do fato de que a empresa tornou pública os desencontros de opiniões entre o Secretário de Segurança e o Delegado Geral, esta Casa não poderia ficar indiferente, como não ficou. Apresentamos o Requerimento, Pedido de informações, com



versamos com o Líder do Governo Algaci Túlio, que aliás teve um comportamento exemplar neste episódio, ele me deu a palavra de que Requerimento, o Pedido de Informações seria encaminhado ao Governador, e não poderia ser diferente.

Estou na tribuna agora para reafirmar para o Deputado Algaci Túlio, o nosso interesse no sentido de que este Pedido de informações seja encaminhado ao Governador o mais rápido possível, porque está em jogo a credibilidade das autoridades maiores da Segurança Pública. Quero deixar bem claro que há nada de pessoal contra o Secretário de Segurança Pública. Assim como não há nada de pessoal contra o Delegado Geral. O que há são informações divulgadas e veiculadas publicamente pela imprensa envolvendo o dinheiro público. E, nesse particular nós aqui temos o dever de buscar a verdade. O primeiro passo é um pedido de informações. E, nesse sentido quero apelar ao Deputado Anibal Khury que é o nosso Presidente, que tem dado exemplos aqui de comportamento ético frente ao Poder Legislativo. Não podemos, de maneira nenhuma, deixar para depois questionamentos desta natureza, porque trata-se da aplicação do dinheiro público. Somente em uma licitação, se esta empresa de São Paulo for definitivamente reconhecida como a vencedora, causará prejuízo, só neste lote, de quinhentos mil reais ao Tesouro do Estado, aos cofres públicos do Estado e ao Orçamento da Secretaria da Segurança Pública.

Portanto, o que esta Casa busca, Senhor Presidente, é a verdade, ou o Secretário da Segurança Pública ou o Delegado Geral da Polícia Civil está com a razão. Um dos dois está com a razão e o outro errado. Um dos dois está falando a verdade, e o outro não. Este Poder não tem outro caminho a não ser questionar isso. Este é o nosso papel, o de fiscalizar os atos do Executivo, de exigir transparências para as ações administrativas, do Poder Executivo e um dos instrumentos é exatamente o pedido de informações. Não há nada de mais e não há nada a esconder é só responder, que haja eu repito Líder do Governo, já me deu por várias vezes a sua palavra de que o Requerimento seria aprovado.

Então Senhor Presidente quero fazer um apelo a V. Exa. Para que esse Requerimento seja colocado em votação neste período em dia e hora, que V. Exa. decidir para que esta Casa se pronuncie a favor deste pedido de informações, e Sua Exelência o Governador do Estado como superior destas autoridades envolvidas, possa dar a esta Casa as explicações que este Poder espera, que a sociedade exige.

Concedo o aparte ao Deputado Alborghetti.

Senhor Presidente era este o apelo que gostaria de fazer a V. exa. e agradecer de pronto aqui, as colocações, as posições assumidas pelo Líder do Governo Deputado Algaci Túlio, diante deste nosso pedido de informações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedido a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Queria fazer uma explicação aqui Deputado Tavares. Eu gostaria de chamar a atenção dos Senhores Parlamentares, toda esta licitação Deputado Tavares, chamo a atenção de V. Exa. Acredito que o meu líder. Sou Líder do meu partido, e voto com seu Requerimento.

E o líder a quem devo respeito aqui nesta Casa que é o Deputado Algaci Túlio, por que eu não "cuspo no prato que eu como". Eu também tenho certeza que esta atitude do Deputado Algaci que ele vai colocar esse requerimento em Pauta. Por quê? Entre os dois depoimentos eu sou Toleb Balech. Com todo respeito que eu tenho pelo Secretário de Segurança Pública é meu amigo par-

titular. O respeito tenho por ele uma profunda gratidão acho ele um dos melhores Secretários de Segurança do país. Como considero Diretor da Polícia Civil, não sou capacho de nenhum dos dois. Não tenho o "rabo preso" com nenhum dos dois. Considero o doutor Toleb Balech o melhor Diretor da Polícia Civil, do Brasil no Paraná. Nós temos aqui a melhor Polícia Civil, a melhor Polícia Militar, o melhor Poder Judiciário, o melhor Ministério Público, a melhor Imprensa do Paraná que está aqui, do Brasil está aqui no Paraná. Temos jornais que não vivem nada a São Paulo, ao Rio de Janeiro.

Agora o que não concordo é que o Jornalista Sérgio Wesley, da Folha de Londrina, um articulista. Começou a fazer denúncias e o Senhor Secretário raivoso entrou, na redação da Folha de Londrina falando uma série de palavras ao Jornalista Sérgio Wesley. Não vi a Folha de Londrina defender o Jornalista Sérgio Wesley. Fui a televisão defender o Jornalista Sérgio Wesley. Agora o Sérgio Wesley faz a denúncia na Folha de Londrina coloca a denúncia que há um superfaturamento, dentro da liberdade de imprensa. Não tem direito o Sr. Secretário de Segurança de entrar na Folha de Londrina e criticar o Jornalista Sergio Wesley. Não tem o direito. Ele deveria entrar lá sim, com calma e sereno, e dizer o seguinte: - "Sérgio, o senhor é jornalista, articulista eu vim aqui explicar o que está acontecendo."

Já lhe dou o aparte Deputado Ângelo Vanhoni.

O Secretário tem a posição dele, O Doutor Toleb tem a posição dele. Então no outro dia após o Secretário ter ido a Folha de Londrina, falado o que ele quis falar para o Jornalista Sergio Wesley, aí saiu uma matéria com a declaração do Dr. Cândido e com a Declaração do Dr. Toleb Balech, eu não vi. Já vi aqui uma série de brigas com jornalistas, o Sindicato se levantar, com moção de repúdio etc., não vi nada em defesa do Jornalista Sérgio Wesley aqui, que não conheço. Não conheço. Se mostrarem o Jornalista Sérgio Wesley aqui, não sei quem é, nunca vi, não sei, só se me trouxerem ele aqui na frente. Mas defendendo a minha raça, como defendo o meu Parlamento.

Se qualquer homem agredir um companheiro meu, seja na crônica escrita, televisionada ou falada, vou em defesa, não posso admitir do Sérgio Wesley fazer crítica construtiva, querendo levantar uma crítica de superfaturamento, o Sr. Secretário de Segurança querer dizer para o Sérgio Wesley que falou um monte de barbaries para ele.

Agora, por que o Dr. Toleb trouxe isto a tona. Porque o Dr. Toleb consultou o Presidente da Casa, consultou o Tribunal de Contas, pegou a sua assessoria e mandou examinar. Tem alguma coisa errada? Tem. Sabe quem descobriu tudo isto aí? Dr. Silvan, Delegado de Polícia, que o Dr. Toleb colocou no local certo. Dr. Silvan, Delegado sério, íntegro, de respeito. O Dr. Silvan assumiu o setor de comunicação, porque isso aí é do setor de comunicação.

O Dr. Silvan falou: "Espera lá! Se dá para eu comprar isso aqui por mil reais, porque estão vendendo a 1.500 reais." É uma suposição. O equipamento vale 500 e estavam comprando por mil. O Dr. Silvan imediatamente ligou ao Dr. Toleb e disse: "Dr. Toleb, tem alguma coisa errada nisso aqui". O Dr. Toleb imediatamente ligou para o Secretário de Segurança, eu não estou mentindo me cuspa na cara.

Não estou mentindo. O Dr. Toleb ligou ao Secretário de Segurança e disse: "Secretário, está acontecendo um negócio errado aqui." O Secretário não deu a mínima. O que o Dr. Toleb tinha que fazer. O Dr. Toleb vai ao Presidente da Assembléia, o meu líder Deputado Anibal Khury, fez uma consulta ao Deputado Anibal Khury. Foi ao Tribunal de Contas, fez uma consulta e ficou provado que haveria um superfaturamento. O Secretário imedia-

tamente mandou cancelar. Mas as outras licitações? Nós temos que averiguar. Quer dizer, o Dr. Toleb Balech está cumprindo com seu dever, é um diretor sério.

Se é para moralizar, nós temos que moralizar. Se ele quer moralizar a polícia do Paraná, como ele disse no "Bom dia, Paraná", como ele disse no meu programa de televisão, como ele disse na CNT, como ele disse na Rede Bandeirantes, como ele disse na Rede Globo, na Rede Manchete, na Rede SBT, do Grupo Paulo Pimentel, como ele disse nas outras emissoras de televisão, emissoras de rádio.

Ora, ele quer moralizar a polícia do Paraná, se ele quer moralizar a polícia do Paraná, ele tem o direito de falar com o Secretário, o Secretário mandar averiguar, e não o Secretário ir lá na Folha de Londrina e dizer para o Sérgio: "É, porque você não sabe o que está falando, porque não sei o que." O homem estava completamente alucinado, "completamente alucinado". E eu na hora fiquei sabendo, fiz a defesa do Jornalista Sérgio Wesley, mas não vi ninguém fazer a defesa do Jornalista, só porque ele se defendeu.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Acho que a situação, Deputado Alborghetti, V. Exa. tocou num assunto muito importante, que é a liberdade de imprensa, porque a informação que tenho é que não foi suficiente ainda do Secretário Cândido Martins de Oliveira, a redação do Jornal Folha de Londrina.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Mas aconteceu o que estou falando.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Sei que aconteceu, e aconteceu exatamente no tom que V. Exa. está denunciando hoje aqui, relatando para os Deputados aqui na Assembléia.

Aliás, acho que quem tem que vir à Assembléia relatar algumas questões é o Secretário de Segurança Pública.

Tem algumas questões que precisam ser discutidas com o Secretário, não somente o caso do FUNRESPOL, que veio à tona, agora, em função de toda a sindicância, de toda a denúncia feita pelo Delegado Geral da Polícia Civil, o Sr. Toleb Balech.

Mas, pelo que sei, é mais grave ainda, o Jornalista Sérgio Wesley, não foi vítima apenas de uma pressão, das palavras do Secretário da Segurança Pública.

A Folha de Londrina parece que demitiu o Jornalista.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Não, vi a coluna dele e está assinada, hoje, Sérgio Wesley.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Tenho a informação de ontem, que o Jornalista foi demitido.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Por quê? Por falar a verdade?

O Sr. Ângelo Vanhoni - Veja bem, se isso é verdade. Se o Jornalista foi demitido da Folha de Londrina, e há este caso do Secretário de Segurança Pública, acho que a Presidência deveria tomar as informações do que aconteceu com o Jornalista Sérgio Wesley, porque esta Assembléia Legislativa aqui tem o dever, não somente os jornalistas, mas de defender a liberdade de imprensa e de comunicação.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Mas, eu defendo a liberdade!

O Sr. Ângelo Vanhoni - Foi o Secretário de Estado

que foi à Redação da Folha e dirigiu-se de uma forma irresponsável a um jornalista, e este jornalista por uma coincidência, quatro, cinco dias depois acaba de ser demitido.

Se isso for verdade, acho que a Presidência da Casa, os Deputados devem procurar saber junto a esta instituição, que é a Folha de Londrina.

O Sr. Neivo Beraldin - Deputado Luiz Carlos Alborghetti, quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento que faz, relatando os fatos, e também prestar a minha solidariedade ao Jornalista Sérgio, da Folha de Londrina.

Vossa Excelência falava da importância de moralizar a Polícia Civil, a Polícia Militar, acho que temos, evidentemente, a direção, tanto o Diretor Geral da Polícia Civil, quanto o Secretário, têm a função de fazer com que ambas as corporações tenham o comportamento, absolutamente, correto e sério na condução dos seus cargos, mas aí passa também por um reconhecimento salarial. E quero também cumprimentar o Deputado José Tavares que faz um Requerimento, que deve ser votado hoje, em relação do ocorrido entre o Secretário e o Jornalista Sérgio da Folha de Londrina. E quero acrescentar mais, que há algum tempo atrás fiz aqui um pronunciamento pedindo informações ao Secretário Cândido Martins de Oliveira para que ele me informasse quantos carros ele tem alugado na Secretaria, e qual é o valor dos carros. Porque atravessamos uma grande dificuldade financeira no Estado e no país e não podemos desperdiçar recursos públicos.

Por isso, gostaria, acho que o nosso Líder, Algaci Túlio, deveria dados esses fatos, levantados aqui por esta Casa, trazer o Secretário, e trazer aqui o Dr. Toleb para que eles possam fazer os esclarecimentos reclamados pelos Deputados.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para finalizar.

O Dr. Toleb Balech, conversou com o Deputado Anibal Khury, Deputado Anibal Khury eu aprendi muita coisa na minha vida com o Deputado Anibal Khury nesta Casa, aprendi com ele a dignidade, o caráter, a honestidade, o respeito. E o Deputado Anibal Khury, sempre com aquela calma, aquela quietude, aquela serenidade, orientou o Dr. Toleb Balech. O Dr. Toleb Balech, fez o que foi necessário, tenho uma grande amizade pelo Dr. Cândido Martins de Oliveira, o respeito, estou fazendo aqui apenas uma crítica construtiva, não é por este caminho.

Acho que a imprensa publicou ontem que vamos ganhar uma fortuna aqui, só que esqueceram de deduzir o imposto de renda. Se o que vou receber aqui, isso é problema meu, não devo satisfação para ninguém, não tenho rabo preso com ninguém, se é de lei eu recebo, se não é de lei eu devolvo, não devo para ninguém, se é meu tem que me dar mesmo, passo no caixa e me dá logo o que é meu, se não é meu devolvo, não estou roubando ninguém. Se vou ganhar 4, 5, 10, é problema meu, quem tem que resolver a minha vida é o povo do Paraná, quem vota em mim é o povo, sou empregado do povo, trabalho pelo povo e o problema meu é com o povo, ele é quem vai me julgar se eu volto ou não volto. Se não voltar, pego o caminhão de onde eu cá e vou embora. Quanto ganho, quanto não ganho só tenho que dar satisfação à Casa.

Agora, tem um detalhe, se o Jamur Jr. publicar na coluna dele do "O Estado do Paraná", que é uma das colunas mais lidas hoje, fizer uma crítica e mandarem o Jamur embora, tá. Defendi o Jornalista na televisão, se o Grupo Petrelli chegar e disser: "você está na rua", se o Luiz Geraldo Mazza escrever na coluna dele uma crítica construtiva e ter que ser mandado embora, se o Deputado



do Algaci Túlio for na Rádio Clube e fazer uma crítica construtiva, for mandado embora, se o Ricardo Chab...

O Sr. Algaci Túlio - Quero dizer que não tenho conhecimento da demissão do Jornalista Sérgio Wesley mas se isso ocorrer também vai ter a minha solidariedade porque em primeiro lugar somos jornalistas e já sofri por três ocasiões o processo de vingança provocado pelos governos anteriores deste Paraná, três processos, perdi espaços em dois canais de televisão, perdi espaço numa emissora de rádio de Curitiba depois de 9 anos por perseguição política e por isso me solidarizo se for verdade, espero que não seja.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para finalizar, com todo o respeito que tenho aos srs., ao Mazza, à Rose Arruda, todos aqui que escrevem política e forem demitidos, então acabou a liberdade de imprensa, então o que manda é o dinheiro. Acho que temos que aprovar este requerimento e quero dar a minha solidariedade aos companheiros de imprensa principalmente ao Sérgio Wesley que não vi, não precisa falar bem de mim, mal de mim, tenho o meu programa de televisão, sou líder de audiência no Paraná, cuido da minha vida, agora, tem um detalhe, não vi a Folha de Londrina defender o Jornalista Sérgio Wesley. Uma pena, lamentavelmente. A hora que eu encontrar o João Milanez vou dizer isso cara-a-cara para ele.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Vi o Deputado Romanelli vir à tribuna como primeiro orador, comentar o assunto Salto Caxias, privatização de 55%, final de ano, lançamento de editais no dia 20. Uma coisa, meu nobre companheiro Luiz Claudio Romanelli, por informações que se tem, esta é outra concorrência de baralho marcado. Dá para dar a primeira e a última letra da empresa que vai ganhar porque as informações já correm na praça. Na privatização da FERROESTE, quinze dias antes, desta tribuna, colocamos o nome da empresa que ia ganhar e não deu outra e parabênizo a Bancada do PT que em duas ações na justiça está conseguindo retardar, porque não acredite que consiga derrubar, Deputado Vanhoni, mas retardar, tornar mais claro pelo menos, o grande prejuízo que se está cometendo no Estado do Paraná com a privatização da FERROESTE por menos 20% do seu valor.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento)

Deputado Caíto, em relação à FERROESTE, Vossa Excelência veja como as coisas aconteceram: o Secretário Deni Schwartz e o Presidente da FERROESTE, vieram a esta Casa e argumentaram para todos nós Deputados que era importante vender a FERROESTE antes do leilão da Malha Sul, porque se conseguiria um melhor preço para o Estado do Paraná.

Então todos os Deputados ficaram de certa maneira sensibilizados por esta argumentação. Questionamos, alguns acharam, não se leiloar depois pode ser que consiga um melhor preço, mas a argumentação técnica - e não temos os estudos técnicos - era de que se vendesse antes conseguiríamos um melhor preço. Veja como estava errada a avaliação dos técnicos da Secretaria dos Transportes, do Secretário Deni Schwartz e do Dr. Osiris, Presidente da FERROESTE. O preço fixado foi pelo preço arrematado e a Malha Sul leiloada posteriormente teve um ágio de 35% no preço fixado. Exatamente o contrário da argumentação da Secretaria dos Transportes do Governo do Estado do Paraná. E veja só, há quem diga, há técnicos, Deputado Anibal Khury, que dizem o seguin-

te, que a sugestão levada pela Secretaria dos Transportes era de que o leilão da FERROESTE devesse ser concomitante ao leilão da Malha Sul que aí o Governo do Estado poderia ser beneficiado pelo mesmo ágio que a União teve no leilão da Malha Sul, quer dizer, que tecnicamente se recomendava que o leilão fosse feito concomitante, quer dizer, a FERROESTE junto com a Malha Sul e que os envelopes fossem abertos concomitantemente.

Lamentavelmente este episódio da privatização, da concessão da permissão do uso de 30 anos desta ferrovia está envolta por uma névoa muito grande, desde o primeiro dia que algumas informações vieram para cá para a Assembléia pelas palavras do Secretário e do Presidente da FERROESTE, como nós em muitas oportunidades fizemos o alerta aqui na Assembléia Legislativa.

Era só este pequeno aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Perfeito, Deputado.

Então, coloco aqui e reponho, foi colocado aqui nesta tribuna na tarde de hoje a questão da privatização de Caxias: 55%. Quem privatiza 55%, privatiza 100, porque perde o controle acionário. Mas não, importa só 55%. Para refrescar a memória de muitos aqui presentes foi exatamente por ter a melhor concessionária geradora e distribuidora de energia elétrica do país que os Governos do PMDB fizeram mais de 300 mil ligações de Clic Rural, chegando a trocar por soja, por milho para levar energia nas pequenas propriedades do Estado do Paraná, coisa que indiscutivelmente não será feita quando tivermos a iniciativa privada controlando setores de energia.

Agora, o que me impressiona, Deputado Tavares, é que hoje o sistema elétrico nacional de transmissão de energia está tudo num linhão, único. Não se discute nada disto. Não se discute absolutamente nada disto. O que representa entregar parte do controle acionário de Caxias, por que não se vende o que já se aplicou, o próximo passo seguramente vai ser privatizar Segredo feito às custas do Tesouro do Estado, como foi feito a FERROESTE com o Tesouro do Estado, depois vem o Deputado Tavares aqui e faz um alerta de que 500 mil reais estão sendo pagos a mais para que uma firma fomeça equipamentos.

Todos estes dados merecem uma explicação, afinal de contas são bens públicos que estão sendo transferidos para a iniciativa privada e eles lesivos ao patrimônio público. Até quando? Ouço-lhe Deputado Anibal Khury, e me parece que já com uma reunião convocada da CCJ para daqui a pouco com pareceres já feitos e distribuídos sem conversar com a bancada oposicionista, tomando conhecimento pela leitura das Mensagens que estão aqui, uma delas de vinte e poucos milhões ao DETRAN, vinte e quatro milhões ao DETRAN, que não sei se é para pagar a informatização da concorrência já feita ou se é para pagar as prefeituras, como as que recebi hoje no gabinete, que nem sequer a multa eletrônica que é dos municípios está sendo devolvido ao Município de Cascavel.

Se essa suplementação for para pagar os municípios que estão a receber do DETRAN nós aprovaremos; se não for, vamos discutir para o que é. No mesmo instante vota-se uma mensagem suplementando o recurso para o DETRAN, numa outra mensagem, salvo se ouvi mal, há uma autorização para o Governo do Estado passar ao Tesouro as sobras do mesmo DETRAN.

Então, alguma coisa não está correta e vamos ter que discutir. Quero em meu nome e em nome do Deputado Tavares, em nome do Deputado Romanelli, se for para votar hoje de tarde, com matéria já distribuída, sem o conhecimento dos nossos partidos, com os pareceres pron-

tos, pode votar porque tem maioria, mas não estaremos lá. Não vamos convalidar, queremos discutir essa questão. E espero inclusive, que a imprensa aqui presente, inclusive a CBN que passou o dia de ontem inteiro, a tarde inteira discutindo pela convocação da Assembléia que custa quatro mil e quinhentos reais por Deputado, vem a esse Plenário para analisar quanto vale cada um de nós que estamos aqui, qual o comportamento de cada Deputado no seu período extraordinário, que ponha em discussão também as concorrências de privatização que estão sendo feitas, e ver quem aqui em nome do Estado do Paraná tem portado com dignidade o seu mandato parlamentar.

Não aceito a vala comum, faço o mesmo desabafo de Vossa Excelência, Deputado Alborghetti, procuro exercitar aqui o meu mandato e espero que cada um dos beneficiários do serviço público desempenhe ele também em defesa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Doutor Rosinha com a palavra.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Na penúltima Sessão Ordinária dessa Assembléia Legislativa fiz uso do Horário de Liderança do Partido dos Trabalhadores e falei em nome da nossa bancada a respeito do que estava se passando na FERROESTE. Terminei o meu pronunciamento em nome da nossa bancada dizendo: "está se desenhando no Estado do Paraná o maior escândalo da nossa história no que diz respeito a privatização de empresas públicas. E esse escândalo está se desenhando." E aqui quero recordar como ele está se dando. O Governo do nosso Estado, na ânsia de leiloar uma empresa pública passou por cima da legalidade não cumprindo a Constituição brasileira e as leis específicas. A nossa bancada entrou com uma ação popular solicitando uma liminar para suspender o leilão, liminar esta concedida, que todos os Srs. Deputados lembram.

Imediatamente após isto a empresa FERROESTE entrou com recurso solicitando a derrubada dessa liminar. Tal recurso foi nomeado um Relator, o Doutor Elcio, que deu um parecer pela manutenção da liminar concedida pelo Doutor Sérgio Fernando Mouro, Juiz Federal; Doutor Elcio Pinheiro de Castro dá parecer favorável à manutenção da liminar.

O Governo do Estado do Paraná ou ele ou o Sr. Juiz Paim Falcão cometeram os erros gravíssimos ou o Governo do Estado do Paraná mentiu ao Presidente do Superior Tribunal da 4ª Região Sul, não mostrando que eles já tinham protocolado a ação pelo fim da liminar ou eles mentiram, e esse Juiz acreditando na Procuradoria Geral do Estado derruba a nossa liminar no dia nove, sendo que tinha um parecer para manutenção. Ou o Juiz Presidente Paim Falcão não analisou a nossa ação popular, e decidiu politicamente pela derrubada da nossa liminar. Ou o Governo agiu de má-fé ou o Presidente do Tribunal, Dr. Paim Falcão, agiu de maneira política e ideológica, já julgando o mérito e não julgando a nossa liminar.

A nossa Bancada insatisfeita com tal resultado protocolou nova ação, demonstrando que o Governo do Estado do Paraná mantinha a sua mesma linha política, porque obteve a derrubada da liminar de uma maneira ilegal, como acabei de citar ou imoral, porque temos de analisar.

Marca o leilão para o dia dez com a mesma empresa que todo mundo já sabia que seria ela a ganhadora ou a vencedora deste leilão. Não deu oportunidade para nenhuma outra empresa. Não publicou edital como man-

da a lei, e ferindo a lei faz em outro dia, com um único edital na "Gazeta do Povo", sem sequer a publicidade do Diário Oficial.

Entramos com nova ação, solicitando a suspensão deste leilão. E ontem, o Dr. Alvaro Eduardo Junqueira nos concede uma liminar impedindo o Governo do Estado de assinar o contrato com o consórcio vencedor, e impedindo a empresa de pagar a primeira parcela do leilão.

Senhores Deputados, o que está se desenhando realmente é um escândalo, porque o nosso advogado, que acompanha o nosso processo, em Porto Alegre, ontem, pela manhã, junto à 4ª Região, foi procurar o Juiz responsável, Dr. Paim Falcão, que negou que seria analisada a nossa primeira liminar ainda este ano. Negou isso, e disse mais: "O PT está movendo em caráter político simplesmente por se contrapor à política de privatizações."

Estamos nos movendo realmente em caráter político, mas um caráter político em defesa da coisa pública, em defesa do patrimônio público, e não simplesmente como quer ele entender, Dr. Paim Falcão, que estamos agindo no sentido da defesa pura e simples do estatismo brasileiro. Não é essa a nossa defesa.

Ontem pela manhã, ele disse que não iria ter julgamento da nossa primeira ação popular, interpretando ele, que não tinha necessidade uma vez que a nossa liminar tinha sido derrubada por ele próprio, e assim poderia ir a julgamento somente no ano que vem, quando todo negócio já estava concretizado.

A nossa Bancada obteve ontem a liminar, volta o Dr. Paim Falcão e coloca na agenda do Plenário daquele Tribunal para amanhã à tarde, porque agora ele tem pressa. Ele tem pressa porque ele é apressado, é empurrado pela premência política do Governador Jaime Lerner, que quer terminar o mais rápido possível um processo que se está desenhando como um escândalo para a política do nosso Estado.

Agora, ele tem pressa na conclusão, quando antes ele dizia que seria somente para o ano que vem. Quando a necessidade da rapidez está colocada desde o primeiro momento porque dentro do mesmo Tribunal tem duas decisões diferentes, uma contra a efetivação do leilão e a outra favorável.

Não pode um Tribunal de Justiça decidir sobre a mesma coisa dando razões para lados diferentes, isso faria a premência de decisão dele. Mas não, ele só age em função das necessidades que ele entende como políticas do Governo do Estado, e como a necessidade política e ideológicas dele. Porque conhecemos as origens dele, e o comportamento dele durante todo o processo da ditadura militar no nosso país!

Sabemos qual foi o comportamento do Dr. Paim Falcão, nesse processo, sabemos onde ele estava e de que lado estava. A ação dele tem se dado em cima da política e não em cima da legalidade, do ato legal, do ato constitucional.

E termino dizendo: espero não ter que voltar amanhã, ou depois de amanhã, ou na semana seguinte para dizer que o escândalo estará concretizado e não em vias de ser concretizado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do Governo, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parece que algumas críticas feitas aos Senhores Parlamentares, eu me incluo entre eles, por alguns veículos de comunicação em relação a este período ex-

traordinário, levou com que o clima, nesta Casa hoje, fosse um tanto quanto pesado.

Quero dizer que acompanhei o pronunciamento do Deputado Romanelli, e acho que o Deputado perdeu uma grande oportunidade de ter participado de uma reunião que tivemos aqui, com o Presidente da COPEL, aontem, que veio a esta Casa, a convite deste Plenário, especialmente do Deputado José Tavares para explicar a questão da Mata Doralice e fez também alguns esclarecimentos...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, neste Plenário não veio o Presidente da COPEL e nem fui informado...

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu falei que veio a esta Casa.

O Deputado Calto Quintana é testemunha porque viu quando o Presidente estava aqui, no Salão Nobre, entrou junto com o Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, e viu, Deputado Tavares, Deputado Cezar Silvestri, Deputado Neivo, Deputado José Maria Ferreira, Deputado Duffio Genari estiveram presentes. Foram avisados da vinda do Presidente atendendo convite do Deputado José Tavares.

Ele veio mais para um assunto específico, mas diante da indagação de alguns Parlamentares o Presidente da COPEL fez algumas explicações, deu alguns esclarecimentos.

Então é preciso que antes de se arvorar em acusações, em chamar de escândalo do Governo, ora, este é um Governo sério! Quando o Governador coloca em cada Secretaria ou cada Partido indica um Secretário está colocando pessoas honestas, pessoas que são responsáveis. Não quero acreditar que o Secretário Deni Schwartz, a quem defendo pela sua honra, pela sua dignidade, não é do meu Partido, pelo seu passado como Ministro da República, um homem do PMDB, hoje no PSDB, é um homem de confiança do Governador Jaime Lerner, não seria irresponsável a ponto de colocar em risco a figura do Governador.

A questão da FERROESTE foi muito bem esclarecida aqui nesta Casa. Se há alguns entraves jurídicos eu não discuto isso. Não é a minha área, Deputado Calto Quintana, é questão de justiça. Cada um procura evidentemente pegar o ponto fraco de um processo ou de outro. Para isso existem os advogados, os procuradores. E não compete a mim neste momento dizer se estava 100% correto o processo de leilão não estava, a princípio, no nosso entendimento, ainda continuamos acreditando que esteja.

Portanto, não se pode vir aqui acusar. O Governador Jaime Lerner, o Governador das transformações, o Governador que está fazendo a grande revolução neste Estado, e que acreditamos que vai ser sem dúvida alguma o grande momento do Estado do Paraná. Há casos pontuais, claros que existem, existiu no PMDB, existiu em tantos outros Governos, existe no PT de Londrina, que várias vezes tem sido manchetes nos próprios jornais, as situações difíceis que passa o Prefeito de Londrina.

Agora, evidentemente chama-se à responsabilidade, e tenho certeza que o Governador deve estar fazendo isso, chamando à responsabilidade os técnicos da Secretaria de Transportes, o Presidente da FERROESTE, para saber deles o que é que não está correto. De uma coisa é preciso que esta Casa tenha certeza, este Governador é um homem honrado, é um homem honesto e não seria infantil e irresponsável de querer colocar em jogo o patrimônio do Estado do Paraná por um interesse próprio ou de terceiros.

Isto é papel até certo ponto ridículo de quem possa partir para este tipo de ataque. Vamos aguardar os fatos,

é um direito da Oposição e eu fiz isso sempre, de alertar, de criticar, de chamar a atenção. Agora a ponto de já, o próprio caso da FERROESTE está ainda em "sub-judice", o Estado tem todo o direito de recorrer ainda está.

Portanto não está definida esta ação ainda, e já se chama de escândalo do Governo Jaime Lerner. Acho que está faltando um pouco de bom senso para alguns Parlamentares.

Então eu queria deixar clara esta posição, defendendo este Governo, é um Governo de responsabilidade, é um Governo de compromissos com o Estado do Paraná, e em hipótese alguma posso admitir que o Governador esteja pactuando com qualquer tipo de irregularidade nesta ou naquela Secretaria. Se há alguma falha os responsáveis vão pagar, se o Secretário de Segurança cometer algum deslize numa licitação vai ser chamada à sua responsabilidade. Da mesma forma, o Presidente da FERROESTE, Secretário dos Transportes e de qualquer outro setor do Estado do Paraná. Não é do feitio deste Governador e sou sua testemunha, foram quatro anos como seu vice-Prefeito na Prefeitura e eu não vi qualquer ato que tenha desabonado a conduta do Prefeito Jaime Lerner na Prefeitura de Curitiba.

O Sr. Cezar Silvestri - Concordo plenamente com V. Exa. quando fala da honradez e da dignidade do Secretário dos Transportes Deni Schwartz.

Apesar de não concordar com ele, eu publicamente - quando tivemos uma reunião - questionei com relação a privatização da FERROESTE. Achava que o leilão deveria ser feito simultâneo com a Malha Sul e até posteriormente. E comprovamos que estávamos com a razão. Mas infelizmente isso passou.

Agora, a questionar a honradez e dignidade do Secretário não concordamos, até pelo trabalho prestado pelo Secretário ao longo do tempo, para o Estado do Paraná.

Agora, Deputado Algaci Túlio, com relação a denúncia que o Deputado Calto Quintana faz, com relação a privatização da Usina de Caxias realmente nos preocupa. Estivemos conversando com o Presidente da COPEL, e levantamos esta questão na época da venda das ações da COPEL, e acho que prestamos um grande serviço ao Estado do Paraná, graças a discussão que foi travada aqui nesta Casa, as discussões que na época seriam vendidas por 32%, seu valor patrimonial, hoje estão valendo 74% do valor patrimonial, onde o Governo do Estado terá um aumento da receita de quase 1 bilhão de reais.

Agora, com relação a Usina de Caxias, aonde o Deputado Calto Quintana falava quem sabe inclusive as iniciais da empresa que deve ganhar agora no próximo dia 20 essa licitação, nós devemos levar a público sim, não somente nesse Plenário, mas inclusive levar a conhecimento da própria imprensa, porque se não tiver ocorrendo, esse Parlamento deve tomar uma posição séria com relação a esse assunto.

Nós não podemos permitir, principalmente essa Hidrelétrica, que é a hidrelétrica das mais rentáveis que a COPEL tem no Rio Iguaçu, ela não pode ser entregue para a iniciativa privada abaixo do preço real de mercado e principalmente já um baralho marcado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quero dizer a todos os parlamentares que, se houver necessidade, eu não sei se haveria tempo e mais o próprio Presidente da COPEL deixou claro que tem disponibilidade, tem vontade de vir a esta Casa, para fazer alguns esclarecimentos. Agora tudo vai depender evidentemente da disponibilidade, de tempo nesta Casa e do próprio Presidente.

Já fiz contato, há pouco com o Presidente, pedi a ele alguns esclarecimentos quanto a isso, deve chegar

logo o fax, mas a gente vai procurar esclarecer a própria COPEL, tenho certeza deverá sair com alguma informação amanhã a respeito dessa questão que se fala da privatização de Salto Caxias, concedo a palavra ao Deputado Romanelli.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (Pela Ordem) - V.Exa.** sabe que é uma alegria enorme sentar aqui na sua cadeira e sinto os bons flúidos da vice-prefeitura da Cidade de Curitiba.

Queria dizer o seguinte, Deputado Algaci Túlio, V.Exa. está aqui questionando a honradez do Governador Jaime Lerner, obviamente, ninguém está aqui questionando a honradez do Governador Jaime Lerner. Creio o seguinte: a todos nós agentes públicos, que fomos eleitos, como recebemos uma denúncia e V.Exa. foi parlamentar nesta Casa durante muitos anos, trouxe a esse plenário a denúncia. Recebi a denúncia, e recebi de uma fonte extremamente capacitada e bem informada, obviamente a minha tarefa é de trazer inclusive com as nuances, quem vai ganhar essa licitação, todo o processo que tem, mas fundamentalmente o que há aí que se questionar a verdade, e aí entra muito a questão do Governador, porque eu me surpreendi na questão do PROEM; aonde na verdade o Governador estava bem mal informado sobre o que estava fazendo o Secretário. Não sabia das consequências do ato do Secretário. Não sei se nessa questão específica de se fazer um edital de parceria transferindo 55% de uma usina que tem um custo hoje estimado de um bilhão, o valor vai ser superestimado para 1300, para viabilizar que esse consórcio que vai ganhar fique com 55%, fornecendo equipamentos, agregando inclusive ICMS na compra do imobilizado fazendo com que na verdade uma participação dele nessa usina que vai ser de 55%, que poderia, por exemplo, em número de hoje, significar investimentos de 550 milhões, esse grupo acaba com 300 milhões de reais, comprando 55% de uma usina, quando ele não vai pagar bem a concessão que é da COPEL e vai se apropriar de todos os benefícios fiscais que a legislação permite.

Na verdade, o questionamento que se faz é do próprio modelo e que a COPEL está fazendo. Então porque é que vai se discutir a privatização, é o caso da ferroeste. Então porque é que não se vende se vai fazer a concessão por 30 anos renováveis por mais 30. Então venda a ferrovia, venda tudo. Quanto que a COPEL gastou até hoje na construção da usina de Caxias, gastou 300 milhões ou 400 milhões, quanto que vale a concessão - vale mais 500 milhões. Então venda e receba o dinheiro bom e aplica no setor da educação, aplica na prefeitura. Aí sim, creio que vale a pena. Agora viabilizar uma parceria e daí se escamoteia através de uma série de mecanismos, superfaturamento de equipamentos. Essa questão na verdade, esses modelos, que são muito criativos, é que acabam proporcionando na verdade que alguns possam se beneficiar. Por isso, o questionamento que nós fazemos, crie todos esse modelo, é da questão que eles estão a definir, que certamente na verdade, creio eu que o Governador, não sei se sabem de todos os detalhes que está envolvida essa questão do Diretor da COPEL, do Presidente, que me parece um homem que tem uma ligação muito estreita com o grupo, e nós sabemos.

Não se trata de se discutir a honradez do nosso Governador, mas de se discutir que tipo de mecanismo são esses que transfere o setor privado, uma concessão de uma usina como a de Caxias que é seguramente a mais rentável que a COPEL vai ter.

Muito obrigado.

**O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte. E é bom es-**

clarecer. Não acredito que homens devidamente treinados, preparados, são técnicos reconhecidos e a COPEL é reconhecida por todos. A COPEL não é um órgão do Governo Jaime Lerner, a COPEL é um órgão do Estado do Paraná, é um orgulho de todos nós paranaenses. Não consigo admitir que fossem tão irresponsáveis de fazer um negócio que venha trazer algum prejuízo para o Estado do Paraná. Por isso, espero uma informação do Presidente nas próximas horas para que nós possamos dar maiores esclarecimentos a esta Casa e a sociedade paranaense.

Concedo um aparte ao Deputado José Tavares.

**O Sr. José Tavares - Agradeço a oportunidade que me concede.**

Gostaria de, na mesma linha de raciocínio dos demais colegas, dizer que, não tenho dúvida que o Governador Jaime Lerner adotará as providências que o caso esteja exigindo. Não tenho dúvidas disto. Não coloco em dúvida a honra do Governador e nem a dos seus Secretários. Mas, a partir do momento que a imprensa traz de maneira estampada, destacada declarações de autoridades do 1º escalão do Governo Jaime Lerner, onde essas declarações são, inclusive, antagônicas, levantando-se suspeita de licitação dirigida, ao ponto de partir disto, esta licitação teve que ser cancelada.

Esta Casa tem, no mínimo, buscar esclarecer os fatos. Vossa Excelência que fala em nome do Governo, não poderia ter outro comportamento a não ser apoiar este pedido de informação, porque nós não estamos acusando ninguém, estamos buscando esclarecimentos. Queremos respostas claras, objetivas para um ato praticado pela Secretaria da Segurança Pública, pela mais alta autoridade desta Pasta. Que, a partir dessas informações esta Casa poderá se posicionar a respeito do assunto, até porque é o dinheiro do povo que está em jogo. É o primeiro lote de um total de quatro lotes. Se, esta Casa não se posicionar de forma clara e esclarecer definitivamente essa primeira licitação que importa em até dois milhões de reais, com uma possibilidade de estar havendo aí um superfaturamento, os lotes que acabarão saindo pelo mesmo "ralo" que sairá o primeiro.

Agradeço o seu comportamento de apoiar este pedido de informação.

Muito obrigado.

**O Sr. Ângelo Vanhoni - Só para esclarecer Deputado**

Algaci Túlio. Não é a primeira vez. Porque erros cometidos pelos auxiliares do 2º escalão do Governo são possíveis de acontecer. Quando teve a licitação do PROSAN, nós fizemos uma CPI. Por uma coincidência, por uma ironia do destino, a licitação do PROSAN que aconteceu no final do ano passado, a divulgação em jornal de circulação nacional com quinze dias de antecedência da empresa que venceria a licitação, venho a público demonstrando que, há possibilidades de irregularidades graves acontecerem no processo licitatório. Tanto foi assim que o Governador, e ninguém aqui está questionando a honra do Governador, quando percebeu que a licitação estava marcada mandou cancelar todo o processo com relação a SANEPAR.

Então acho que o Deputado Tavares tem toda a razão de colocar estas preocupações. E gostaria que Vossa Excelência aprovasse o requerimento e gostaria de fazer mais um pedido a Vossa Excelência: já que o Presidente da COPEL se dispõe a prestar esclarecimentos, que ele compareça a Assembléia até sexta-feira. Tem tempo, nós podemos nos reunir aqui, ficar meia hora, uma hora para discussão dos problemas com relação a esse novo edital que vem aí da privatização da concessão de 55% da Usina de Salto Caxias.

O SR. ALGACI TÚLIO - Vou consultá-lo e posso garantir a Vossa Excelência de que vou fazer empenho no sentido de consultá-lo na possibilidade de vir a esta Casa.

Agora Deputado Tavares, o requerimento não está mais em votação, nesta Casa. O Presidente já tomou na sessão anterior já não cabe mais a mim, dizer de que deve ser aprovado ou não. Posso garantir a Vossa Excelência que em conversa com o Secretário de Segurança Pública, ele disse que não tinha nenhuma preocupação em responder. Até mesmo porque não se consumou "graças a Deus", o Ato, foi abordado antes de que a licitação acontecesse. Então "graças a Deus", evitou-se. Até de repente, até que se prove ao contrário, de que o equipamento tal é mais caro, porque é melhor. O outro é mais barato que a anterior. Até que se prove tudo isso aí. O fato não se consumou. Menos ruim. Agora de qualquer maneira, tenho certeza que o Secretário de Segurança Pública, vai fazer algum esclarecimento ainda a respeito deste assunto.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra Pela Ordem ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para anunciar com muita satisfação, a presença do Prefeito eleito do Oeste do Paraná, o Prefeito Gaspar, o Vereador Otávio M. Neves e a Presidente da APAE que veio hoje aqui receber uma Kombi, para o seu município, a Dirce Calim?

Era este o objetivo do nosso aparte.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (Pela Ordem) - Queria comunicar a esta Casa que faleceu hoje, o pai do Prefeito do Rio Bonito do Iguaçu, de uma maneira bastante trágica o Sr. Alessandro L. Bolvino e gostaria que a Casa fizesse uma moção de pesar ao Prefeito Cesar Bolvino, pela perda de seu pai.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1814 e 1815 de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1816 a 1818 de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1820 de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1819 de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana, Joel Coimbra, Eduardo Trevisan, Antônio Annibelli e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Tenho conhecimento até porque são, não tantos anos quanto V.Exa. de Parlamento, mas já são alguns anos, que o período extraordinário, ele é específico para as matérias que resultou a sua convocação. Então, o Governador que convocou enumerou as matérias, V.Exa. determinou a leitura da mensagem, foi procedido e a Assembléia está em período extraordinário até o dia 18. Mas a minha dúvida é com relação a pedido de informações, como V.Exa. acaba de acolher e a meu juízo apropriadamente, pedido de informações na sessão de hoje, eu consulto V.Exa. se eu posso reapresentar esse pedido que fiz na sessão de quinta, dirigida ao Governador, que tem de acordo já do Líder do Governo, porque se V.Exa. me der o sinal verde, e disser que é possível, já que V.Exa. está acolhendo outros pedidos de informações, eu faria a reapresentação dele na sessão de amanhã.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Na mesma situação, eu queria invocar o Artigo 2º, parágrafo 4º que diz: quando convocada extraordinariamente a Assembléia Legislativa somente deliberará sobre a matéria, objeto da convocação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não vejo impedimento nenhum de requerimento de informações se o Deputado Tavares prestou atenção o requerimento de informações do Deputado Caíto Quintana teve assinatura da maioria dos Srs. Deputados. Nessas condições eu acato e encaminho.

Informo também que amanhã haverá 2 sessões, uma pela manhã e outra à tarde, sem direito a jeton.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 19, à 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 521, 522, 523, 524, 525, 579, 526, 527, 563, 570, 580 e 581/96.

Levanta-se a sessão.